

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

HELOISA FERNANDES BROLES

**AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE LIQUIDEZ E ENDIVIDAMENTO DE
UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS DE SANTA CATARINA**

**CRICIÚMA
2023**

HELOISA FERNANDES BROLES

**AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE LIQUIDEZ E ENDIVIDAMENTO DE
UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof. Me. Anderson Correa Benfatto

**CRICIÚMA
2023**

HELOISA FERNANDES BROLESI

**AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE LIQUIDEZ E ENDIVIDAMENTO DE
UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Financeira.

Criciúma, 19 de junho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Anderson Corrêa Benfatto - Mestre – UNESC - Orientador

Prof. Milla Lúcia Ferreira Guimarães - Doutora - UNESC

Prof. Valcir Mantovani - Especialista - UNESC

**Dedico esse trabalho à Deus e à minha
Família.**

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus pelo dom da vida e do conhecimento, e que graças a Ele consigo estar hoje concluindo mais uma etapa da minha vida. Agradecer também a minha família, meu namorado e meus amigos que sempre estiveram comigo me apoiando nessa caminhada, em especial minhas amigas e colegas de curso Gabriela e Michele pela parceria durante toda a graduação, com certeza agregaram muito valor a minha vida e a minha jornada acadêmica.

Agradecer a todos os professores e docentes do curso de Ciências Contábeis da UNESC por todo o conhecimento compartilhado, sem dúvida essenciais para que esse momento esteja acontecendo.

Em especial gostaria de agradecer ao meu professor orientador Prof. Me. Anderson Correa Benfatto por aceitar esse desafio comigo, um dos melhores professores que tive o prazer de ter aula até hoje. Obrigada por me ajudar em cada etapa desta pesquisa e por todo o conhecimento compartilhado. Fui inspirada e desafiada a cada momento a conseguir atingir o meu melhor em cada parágrafo escrito.

Por fim, gostaria de agradecer a todos que de alguma forma contribuíram para conclusão desse trabalho! Meu muito obrigado!

**“Educação não transforma o mundo.
Educação muda pessoas.
Pessoas mudam o mundo.”
(Paulo Freire)**



AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE LIQUIDEZ E ENDIVIDAMENTO DE UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS DE SANTA CATARINA

Heloisa Fernandes Brolesi¹

Anderson Correa Benfatto²

RESUMO: As universidades comunitárias de Santa Catarina estão situadas em um cenário cada vez mais competitivo, dominado por uma lógica mercadológica. Nesse ambiente, competem com instituições de ensino superior privadas, com fins lucrativos, muitas vezes constituídas como Sociedades Limitadas (LTDA) ou Sociedades Anônimas (SA), com ênfase no lucro em vez do desenvolvimento local e regional. Com a promulgação da Lei n. 12.881, conhecida como Lei das Comunitárias, em vigor desde 12 de novembro de 2013, as Universidades Comunitárias (UCs) foram categorizadas como um novo modelo jurídico de Instituição de Ensino Superior, tornando-se elegíveis para receber recursos anteriormente destinados apenas à organizações públicas. O objetivo deste estudo é evidenciar o desempenho financeiro das universidades comunitárias. e como metodologia, a pesquisa foi baseada em dados de três universidades comunitárias de Santa Catarina, selecionadas por disponibilizarem seus demonstrativos em portais de transparência. Os dados secundários foram coletados dos sites oficiais de cada UC. Os documentos analisados incluíram fluxo de caixa, demonstrações contábeis, balanço patrimonial, demonstrativos de resultados, e notas explicativas, abrangendo o período de 2013 a 2021. Os dados coletados foram processados e tabulados em planilhas de Excel para produção de índices de liquidez e endividamento. Os resultados indicam que o desempenho geral de cada universidade, todas de mesmo porte, percebe-se que a Universidade A apresentou um resultado desfavorável dentre as três. Por outro lado, as universidades B e C se destacaram com índices de liquidez e endividamento, favoráveis, apresentando um equilíbrio financeiro.

PALAVRAS – CHAVE: financiamento do ensino superior; gestão universitária; universidades comunitárias.

AREA TEMÁTICA: Contabilidade Financeira

1 INTRODUÇÃO

As instituições de ensino superior, de maneira geral, têm desempenhado no decorrer da história da humanidade a função de educar, socializar e gerar desenvolvimento, por meio da pesquisa e extensão, nesse sentido, o local onde então inseridas é transformado, por meio de sua influência capacitadora e geradora de desenvolvimento econômico e social (BARTNIK; SILVA, 2009; FRANCO; LONGHI, 2009).

No Brasil, as instituições de ensino superior são classificadas em duas categorias administrativas, são elas as públicas e as privadas. As instituições de

¹ Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

²Titulação (Especialista/Mestre/Doutor), UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.



ensino superior públicas podem ser federais, estaduais ou municipais, enquanto as instituições de ensino superior privadas podem ser com ou sem fins lucrativos. Nesse cenário, surge as universidades comunitárias (UC), que são instituições privadas sem fins lucrativos (STALLIVIERI, 2009).

As universidades comunitárias surgiram por conta da necessidade e por consequência da ausência do Estado, as escolas e universidades comunitárias, que iniciaram suas atividades por iniciativa dos imigrantes europeus, e congregações religiosas católicas e luteranas. Outro motivo do surgimento das universidades comunitárias (UC) foi a interiorização, ou seja, as UCs têm sua origem a partir da necessidade de interiorização do ensino superior (BARTNIK; SILVA, 2009).

Em Santa Catarina as Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES) tiveram, inicialmente, um grande desenvolvimento nas regiões periféricas do Estado, visto que poderes públicos Estaduais e Federais se concentravam nas capitais ou em grandes polos culturais urbanos, no que ao ensino superior se refere (MACHADO, 2009).

Contudo, o cenário no qual as universidades comunitárias catarinenses estão inseridas, está se tornando um ambiente competitivo regido por uma lógica de mercado, nesse mercado fazem parte organizações de educação superior, privadas com fins lucrativos, constituídas por muitas vezes de Sociedades Limitadas (LTDA) ou Sociedades Anônimas (SA), com foco apenas no lucro e não no desenvolvimento local e regional (ESPÍNDOLA, 2014; FRANCO; LONGHI, 2009).

Com a aprovação da Lei das Comunitárias, ou seja, Lei n. 12.881, que entrou em vigor no dia 12 de novembro de 2013, as UCs foram caracterizadas como um novo modelo jurídico de Instituição de Educação Superior, possibilitando a receber recursos que eram apenas destinados a organizações públicas como apresenta o Art. 2º “[...] I - ter acesso aos editais de órgãos governamentais de fomento direcionados às instituições públicas; II - receber recursos orçamentários do poder público [...]” (BRASIL, 2013).

Nesse contexto, as universidades comunitárias (sem fins lucrativos e com foco regional) enfrentam desafios devido à proliferação do setor privado de ensino superior, que nem sempre possui compromisso social. Isso resulta em problemas como inadimplência e falta de capacidade financeira dos estudantes do ensino médio, o que afeta o desenvolvimento das regiões (RIZZATTI; DOBES, 2003).

Por conta disso, com um ambiente competitivo e dificuldade de financiamento, somada a uma gestão complexa e de altos custos, as universidades comunitárias necessitam monitorar seu desempenho financeiro, tendo em vista que uma UC deve estar com sua situação financeira equilibrada (RITTA; SORATO; HEIN, 2017).

Diante desse contexto, questiona-se: qual o desempenho financeiro de universidades comunitárias? Para tanto, elencou-se o seguinte objetivo geral; evidenciar o desempenho financeiro de universidades comunitárias. Como objetivos específicos, têm-se; 1) Coletar e tabular os dados contábeis e financeiros relativos às universidades estudadas; 2) representar por meio de indicadores o desempenho financeiro das UCs estudadas; e por fim, 3) analisar a situação financeira das UCs estudadas.

No atual cenário, as instituições de ensino superior (públicas e privadas) enfrentam o desafio de se manter financeiramente estáveis. Para isso, precisam profissionalizar sua gestão e adotar estratégias competitivas para atrair mais estudantes. Além disso, buscam alternativas de financiamento, criação de receitas e prestação de serviços que vão além de sua função principal como instituições de



ensino e geradoras de conhecimento (ANDRADE, 2006; BERTOLIN, 2009; COLOMBO, 2014; GIOLO, 2009; PIT; SANTOS, 2005).

Nesse sentido, estudar o desempenho financeiro das UCs se torna importante, uma vez que é necessário, diante do cenário atual, que as UCs criem estratégias para atender às demandas da comunidade acadêmica e as partes interessadas da sociedade para fortalecer a organização universitária e fazer frente aos desafios do mercado educacional (SILVA; MACHADO; DOMINGUES, 2013)

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES)

Durante a Idade Média, as instituições de ensino superior surgiram como instituições responsáveis por preservar e gerar conhecimento. Com o tempo, essas instituições se tornaram lugares essenciais para o desenvolvimento intelectual, moldando o pensamento individual e coletivo. A educação superior no Brasil iniciou com a vinda da família real portuguesa no século XIII. Entretanto, a primeira universidade do Rio de Janeiro foi estabelecida somente em 1920 (BARTNIK; SILVA, 2009; OLIVEIRA, 2007; FRANCO, 2016).

As instituições de ensino superior desempenham um papel relevante na sociedade como organizações complexas, enfrentando o desafio de educar e gerar conhecimento enquanto buscam ser competitivas e se financiar ao mesmo tempo. Pode-se afirmar que a educação, em suma a educação superior, está ligada também a prosperidade nacional, mas para que essa prosperidade se desenvolva, é crucial que as instituições de ensino superior tenham liberdade acadêmica e autonomia, com participação comunitária e social. Por essa razão é necessário investir e financiar o modelo universitário (MEYER JR., 2014; RISTOFF, 2015).

2.1.1 Classificação administrativa e acadêmica das instituições de ensino superior

No Brasil, as instituições de ensino superior podem ser classificadas em duas categorias: públicas ou privadas, conforme o artigo 19 da Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996, [...] as instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas: **I – públicas** [...] **II - privadas**, [...] mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas [...] (BRASIL, 1996, p.1, grifo nosso).

Ainda sobre as categorias administrativas, as instituições de ensino superior públicas são restritas a qualquer cobrança de valor dos alunos, ou seja, são financiadas totalmente pelo Estado e podem ser federais, estaduais ou municipais, enquanto as instituições de ensino superior privadas podem ser com ou sem fins lucrativos (STALLIVIERI, 2009).

O Quadro 1 apresenta a descrição das categorias administrativas das IES, bem como suas características.

Quadro 1 – Categorias administrativa das IES

Privadas	Com fins lucrativos	Enquadra-se nessa categoria, a instituição de educação superior mantida por ente privado, com fins lucrativos.
	Sem fins lucrativos	Enquadra-se nessa categoria administrativa, a instituição de educação superior mantida por ente privado, sem fins lucrativos,



		podendo ser beneficente ou não beneficente.
Públicas	Pública estadual	Enquadra-se nessa categoria administrativa, a instituição de educação superior mantida pelo Poder Público Estadual, com gratuidade de matrículas e mensalidades.
	Pública federal	Enquadra-se nessa categoria administrativa, a instituição de educação superior mantida pelo Poder Público Federal, com gratuidade de matrículas e mensalidades.
	Pública municipal	Enquadra-se nessa categoria administrativa, a instituição de educação superior mantida pelo Poder Público Municipal, com gratuidade de matrículas e mensalidades.
Especiais (pública e privada)		Enquadra-se nesta categoria a instituição de educação superior criada por lei, estadual ou municipal, e existente na data da promulgação da Constituição Federal de 1988, que não seja total ou preponderantemente mantida com recursos públicos, portanto, não gratuita.

Fonte: adaptado do Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2020 (INEP/MEC, 2020)

É crucial salientar que as categorizações presentes no Quadro 1 derivam da natureza dos fundos que sustentam suas atividades, isto é, da origem dos recursos. No entanto, o artigo 20 do Decreto nº 3.860, datado de 9 de julho de 2001, estabelece as categorias para as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas: **particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas** (BRASIL, 2001).

O Quadro 2 apresenta as categorias de IES por organização acadêmica e suas variações e características correspondentes.

Quadro 2 – Organização acadêmica das instituições de ensino superior

Faculdade	instituição de educação superior que atua em um número reduzido de áreas do saber, em que é especializada, e oferece apenas cursos na área de saúde ou de economia e administração, por exemplo. Não possui autonomia para criar programas de ensino e cursos, e seu corpo docente deve ter titulação de, no mínimo, pós-graduação lato sensu.
Universidade	instituição de educação superior que deve oferecer, obrigatoriamente, atividades de ensino, de pesquisa e de extensão (serviços ou atendimentos à comunidade) em várias áreas do saber. Tem autonomia, nos limites de sua área de atuação territorial, para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu conselho superior. Ainda exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais. Um terço do corpo docente, pelo menos, deve ter título de mestrado ou doutorado. Um terço de seu corpo docente deve ter contrato em regime de tempo integral.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas. Os institutos federais têm autonomia, nos limites de sua área de atuação territorial, para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior. Os institutos exercem o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais. Cada instituto federal é organizado em estrutura com vários campi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e reitoria, equiparando-se às universidades federais.
Centro universitário	instituição de educação superior pluricurricular, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento, que se caracteriza pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas



	condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar. Deve possuir corpo docente com pelo menos um terço de professores com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado e pelo menos um quinto de professores em regime de tempo integral. Gozam de autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior.
Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet)	são instituições de ensino superior pluricurriculares, especializados na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica. Gozam de autonomia para criar, ampliar e remanejar vagas, organizar e extinguir cursos técnicos de nível médio em sua sede

Fonte: adaptado de Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2020 (INEP/MEC, 2020)

Nesse sentido, conforme as informações do Quadro 2 com base no Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2020 (INEP/MEC, 2020, p. 1).

- **Faculdade:** Instituição focada em oferecer cursos de graduação em diferentes campos do conhecimento;
- **Universidade:** Instituição ampla que oferece graduação, pós-graduação (pesquisas) e extensão por meio de serviços prestados a sociedade;
- **Centro Universitário:** Instituição com autonomia para criar e extinguir cursos de graduação, sem a necessidade de pesquisa sistemática ou programas de pós-graduação stricto sensu.
- **Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET):** Instituições públicas que oferecem formação em diversos níveis, com foco em tecnologia.
- **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia:** Instituição que oferece educação tecnológica em diversos níveis e promove a pesquisa aplicada.

2.1.2 Universidades comunitárias (UC)

Os surgimentos das UCs é frequentemente atribuída a ausência do Estado. Devido à lentidão do governo, a sociedade civil organizou-se para atender à demanda educacional, especialmente nas regiões interiores do Brasil. Tais esforços foram mais fortes no Sul, entre comunidades rurais de imigrantes, italianos e alemães, que formavam associações voluntárias para integrar seus membros (VANNUCCHI, 2004; VOGT, 2009).

Nesse contexto, emergem as associações escolares, oferecendo ensino fundamental e básico, que mais tarde serviriam como fundamento para as instituições de ensino superior comunitárias. Estas, financiadas pelos municípios e estudantes, mantinham seu propósito original de servir à comunidade (VANNUCCHI, 2004; VOGT, 2009).

Segundo o apresentado no Quadro 1, as Instituições de Ensino Superior (IES) podem ser classificadas administrativamente como públicas ou privadas. Contudo, as universidades comunitárias demandavam um marco regulatório por serem públicas de direito privado (FRANTZ, 2006; SCHMIDT; CAMPIS, 2009), conforme afirma Vannucchi (2004):

Quando, então, se procura definir o que é uma universidade comunitária, surge o primeiro embaraço: pública não é, porque não pertence ao governo; e privada também não, pois não é propriedade particular. [...] **ela não é nem pública, no sentido de estatal, nem privada, no sentido estrito, empresarial. É pública não estatal** (VANNUCCHI, 2004, p. 24-25, grifo)



nosso).

A promulgação da Lei das Comunitárias (Lei n.12.881), que se tornou efetiva em 12 de novembro de 2013, define no caput do primeiro artigo as especificidades desse novo modelo jurídico de instituição de ensino superior, atribuindo-lhe a condição de público não estatal (BRASIL, 2013).

Segue características das universidades comunitárias adaptadas do Artigo 1º da Lei n.12.881, Lei das Comunitárias, conforme rege:

- Estão constituídas na forma de associação ou fundação, com personalidade jurídica de direito privado, inclusive as instituídas pelo poder público;
- Patrimônio pertencente as entidades da sociedade civil e/ou poder público;
- Sem fins lucrativos, assim entendidas as que observam, cumulativamente, alguns requisitos;
- Transparência administrativa;
- Destinação do patrimônio, em caso de extinção, a uma instituição pública ou congênera.
- As Instituições Comunitárias de Educação Superior ofertarão serviços gratuitos à população, proporcionais aos recursos obtidos do poder público, conforme previsto em instrumento específico.
- As Instituições Comunitárias de Educação Superior institucionalizarão programas permanentes de extensão e ação comunitária voltados à formação e desenvolvimento dos alunos e ao desenvolvimento da sociedade (BRASIL, 2013, p.1)

As universidades comunitárias, como todas as Instituições de Ensino Superior, enfrentam o desafio da estabilidade financeira. Para isso, precisam profissionalizar a gestão, adotar estratégias competitivas de atração de estudantes e explorar alternativas de financiamento e geração de receitas, indo além do papel tradicional de educação e produção de conhecimento (BERTOLIN, 2009; COLOMBO, 2014).

2.2 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS POR INDICADORES

Para as organizações é fundamental que a forma de analisar um desempenho seja diretamente alinhada ao planejamento da instituição, tendo como base algum plano orçamentário, e com o principal foco pela sustentabilidade da entidade (MATARAZZO, 2010; FREZATTI, 2009).

Acerca de equilíbrio financeiro nas instituições, Assaf Neto (2020, p.19) nos fala que para manter um equilíbrio financeiro de uma empresa, é essencial [...] uma adequação entre a maturidade dos passivos e a capacidade de geração de caixa dos ativos. [...]. Ou seja, o retorno dos investimentos feitos deve satisfazer as expectativas dos acionistas a fim de proporcionar uma sustentabilidade financeira e viabilidade do negócio. Na obtenção de recursos, as empresas utilizam de duas principais fontes: recursos próprios e recursos de terceiros (ASSAF NETO, 2020).

Os recursos próprios são provenientes de capital subscrito e integralizado pelos sócios, ou de lucros obtidos pela atividade. Já os recursos de terceiros são de fontes externas, podendo ser por meio de [...] empréstimos e financiamentos,



descontos de duplicatas, repasses de recursos internos e em moeda estrangeira, colocação de debêntures etc.[...] (ASSAF NETO, 2020, p.32).

Impactos no desempenho e estrutura de capital de uma empresa podem ser efeitos causados pela pandemia na economia brasileira. Diante das situações emergentes em que foram inseridas, muitas empresas podem realizar mudanças em suas fontes de financiamento, aumentando seu endividamento. Já em relação ao desempenho, a diminuição das receitas causadas pela pandemia, pode ser classificado como um efeito negativo nos negócios (SOUZA; CARRARO; PINHEIRO 2022).

2.2.1 Indicadores de liquidez e endividamento

Indicadores de Liquidez - Evidenciam a capacidade da empresa em saldar suas dívidas e manter a estabilidade financeira. Revelam o potencial para honrar compromissos e sugerem a sustentabilidade do negócio. Esses indicadores, também conhecidos como indicadores de solvência, demandam interpretações cuidadosas, sendo sua análise mais complexa do que a realização do cálculo (MARTINS, 2020, p 109; AZZOLIN, 2012).

Indicadores de Endividamento - Representam a dependência da empresa perante dívidas de curto e longo prazo em comparação aos seus recursos próprios. Os índices utilizados para a análise da estrutura patrimonial revelam a dependência da entidade frente a recursos de terceiros.

Altos níveis de endividamento não são necessariamente positivos ou negativos, requerendo análise de prazos, taxas de juros e risco cambial. Esses indicadores evidenciam a relação entre o capital próprio e as obrigações com terceiros, mostrando a dependência da organização em relação a dívidas de curto e longo prazo (MARTINS, 2020; ASSAF NETO, 2015; IUDICIBUS, 2017).

A Figura 1, representa os índices de liquidez e endividamento utilizados na pesquisa, bem como sua descrição e fórmula:



Figura1 -Fórmulas dos indicadores de liquidez e endividamento

Índice	Fórmula	Indica	Decisão
2 Indicadores de Liquidez			
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	Quanto a empresa possui de disponibilidades para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo.	Quanto maior, melhor.
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	Quanto a empresa possui de ativos de curto prazo para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo.	Quanto maior, melhor.
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$	Quanto a empresa possui de ativos de curto e longo prazo para cada R\$ 1,00 de dívida com terceiros de curto e longo prazos.	Quanto maior, melhor.
Indicadores de Endividamento			
Composição do Endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$	Quanto a empresa possui de dívidas de curto prazo para cada R\$ 1,00 de dívida total.	Quanto menor, melhor.
Endividamento Total	$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$	Quanto a empresa possui de capital de terceiros para cada R\$ 1,00 de ativo total.	Quanto menor, melhor.
Endividamento com Terceiros	$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Quanto a empresa possui de capital de terceiros para cada R\$ 1,00 de capital próprio.	Quanto menor, melhor.

Fonte: adaptado de Bombazar e Ritta (2015, p. 29)

A análise das demonstrações contábeis é uma forma de transformar os dados presentes em relatórios contábeis e produzir informações úteis a partir disso. Isso posto, é possível desenvolver análises em cima desses dados, podendo produzir considerações para a instituição, com os índices e indicadores de desempenho desenvolvidos (MATARAZZO, 2010; FREZATTI, 2009).

2.3 ESTUDOS ANTERIORES

Um estudo feito por Klann *et al.* (2012) em IES de Santa Catarina vinculadas ao sistema ACADE, mostrou que a maioria das instituições pesquisadas utilizam de indicadores financeiros e não financeiros para avaliar o seu desempenho, entretanto com foco em índices financeiros e na satisfação do cliente. O mesmo autor também sugere em sua pesquisa novas análises comparativas desses resultados em outras regiões ou em outros cenários.

Rosa *et al.* (2019) realizaram um estudo para analisar a relação entre o patrimônio social das universidades comunitárias catarinenses e os índices avaliativos do Ministério de Educação (MEC). Os resultados indicaram que as instituições que conseguiram aumentar seu patrimônio social obtiveram melhores índices. Os autores sugerem que investimentos na infraestrutura das instituições têm um impacto positivo e recomendam pesquisas futuras sobre o capital de giro e indicadores financeiros dessas universidades.

Benfatto (2020) realizou um estudo organizacional acerca do financiamento e desempenho financeiro de instituições da educação superior, frente às dinâmicas do ambiente institucional, dentre os principais resultados desse estudo tem-se que as organizações universitárias tiveram dificuldades de se financiar apenas com suas receitas educacionais e tiveram acesso constante a empréstimos e financiamentos,



demonstrando baixa capacidade de investir em suas estruturas e atividades com capital próprio

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Nesta seção será apresentado a metodologia que será empregada para a obtenção das informações e desenvolvimento da pesquisa.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A presente pesquisa tem como a abordagem do problema de forma quantitativa. Utilizará a manipulação de dados retirados de demonstrações contábeis das ICES pesquisadas a fim de desenvolver os índices de liquidez e endividamento das instituições. Segundo Prodanov e Freitas (2013), a abordagem quantitativa é bastante empregada principalmente em pesquisas descritivas, pois pode analisar e se aprofundar na interação de variáveis, e na relação causa-efeito de determinado fenômeno.

Acerca dos objetivos de pesquisa, o estudo será classificado como pesquisa descritiva, que se dará por meio da análise dos efeitos e dos índices e indicadores desenvolvidos. Esse tipo de pesquisa visa registrar e descrever os fatos sem alterá-los, visa também estabelecer relação entre variáveis e determinar características de população ou fenômenos (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Quanto a estratégia de pesquisa está classificada como pesquisa documental por meio de dados secundários coletados das UC, tendo estudado de três casos, caracterizando-se como estudo de multicase. Segundo Gil (2019), o estudo de caso compreende em um estudo profundo de um ou poucos casos, que possibilita um conhecimento mais abrangente e detalhado sobre determinado assunto. É uma modalidade muito utilizada nas ciências sociais.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Foram selecionados dados de três universidades comunitárias de Santa Catarina, escolhidas apenas as que disponibilizaram seus demonstrativos em portais da transparência, **no entanto, as UCs estudadas não serão caracterizadas, uma vez que o objetivo é analisar e evidenciar a situação financeira delas, outro motivo, não menos importante, é que a acadêmica estuda em uma delas, orientada por professor que tem vínculo com uma das instituições estudadas, nesse sentido, se reservou o anonimato das UCs, com intuito de preservar a neutralidade acadêmica e afastamento do objeto de estudo.**

Os dados secundários utilizados no estudo foram retirados dos sites oficiais de cada UC pesquisada. Os documentos foram: fluxo de caixa, demonstrações contábeis, balanço patrimonial, demonstrativos de resultados, relatórios de administração, atas de assembleias e notas explicativas, o período estudado foi de 2013 a 2021, 2013 por conta da aprovação da Lei das Comunitárias em 2013, e 2021, por conta da indisponibilidade dos demonstrativos das UCs, até o momento (2023).

O conjunto de dados e informações encontrados foi tratado e tabulado em planilhas de Excel. A partir dessas informações foram produzidos os índices de liquidez e de endividamento conforme fórmulas apresentadas na figura 1.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

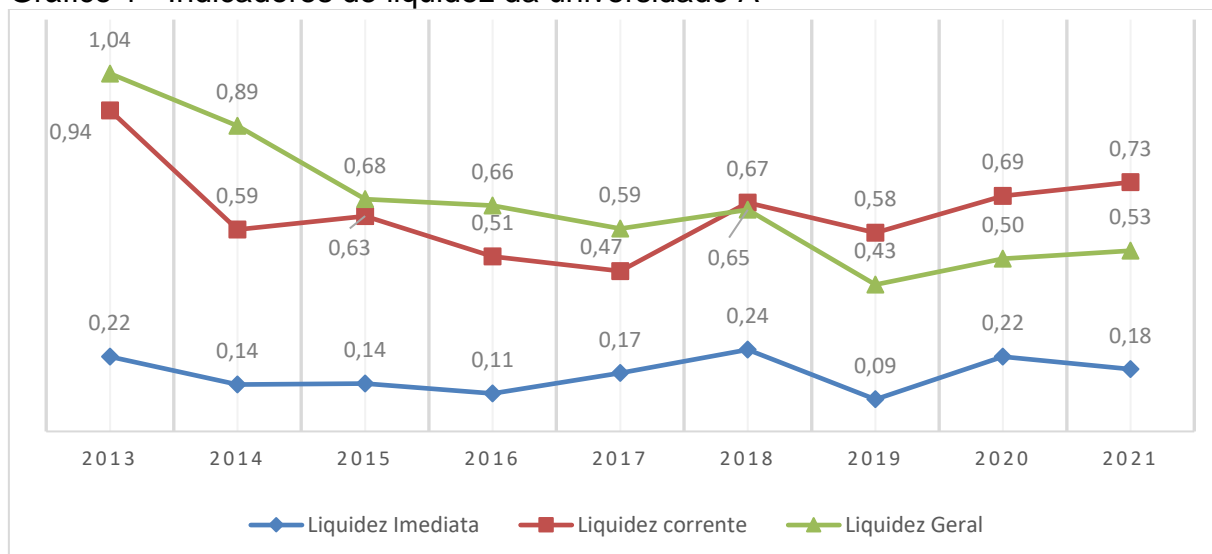
Os resultados foram apresentados por meio de gráficos que mostraram as mudanças nos indicadores de liquidez ou endividamento das universidades analisadas. Os gráficos ilustraram tanto melhorias quanto pioras nos indicadores ao longo do tempo. A análise se repartirá em blocos nos quais, primeiramente, será analisado os indicadores de liquidez e endividamento de cada universidade separadamente, e ao final, uma comparação do desempenho das três universidades em cada indicador.

Para facilitar a leitura, segue as siglas utilizadas; liquidez Imediata (LI), Liquidez Corrente (LC), Liquidez Geral (LG) e Composição do Endividamento (CE), Endividamento Total (ETT), Endividamento com Terceiros (ET), para variação percentual a sigla ($\Delta\%$).

4.1 BLOCO 1 – INDICADORES DE LIQUIDEZ E ENDIVIDAMENTO DA UNIVERSIDADE A

Segue análise dos indicadores de liquidez imediata, corrente e geral da universidade A por meio do gráfico 1.

Gráfico 1 - Indicadores de liquidez da universidade A



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Ao analisar o Gráfico 1, que demonstra a capacidade de pagamento da universidade A de curto a longo prazo, é possível perceber em linhas gerais uma tendência de semelhança em relação ao comportamento dos três indicadores, ou seja, ambos apresentam elevações e quedas nos mesmos períodos.

Os índices de liquidez imediata (LI) e o de liquidez corrente (LC), mantiveram-se constantes durante o período estudado, onde ambos tiveram um aumento de seu índice no ano de 2018 e logo em seguida, uma queda no ano de 2019.

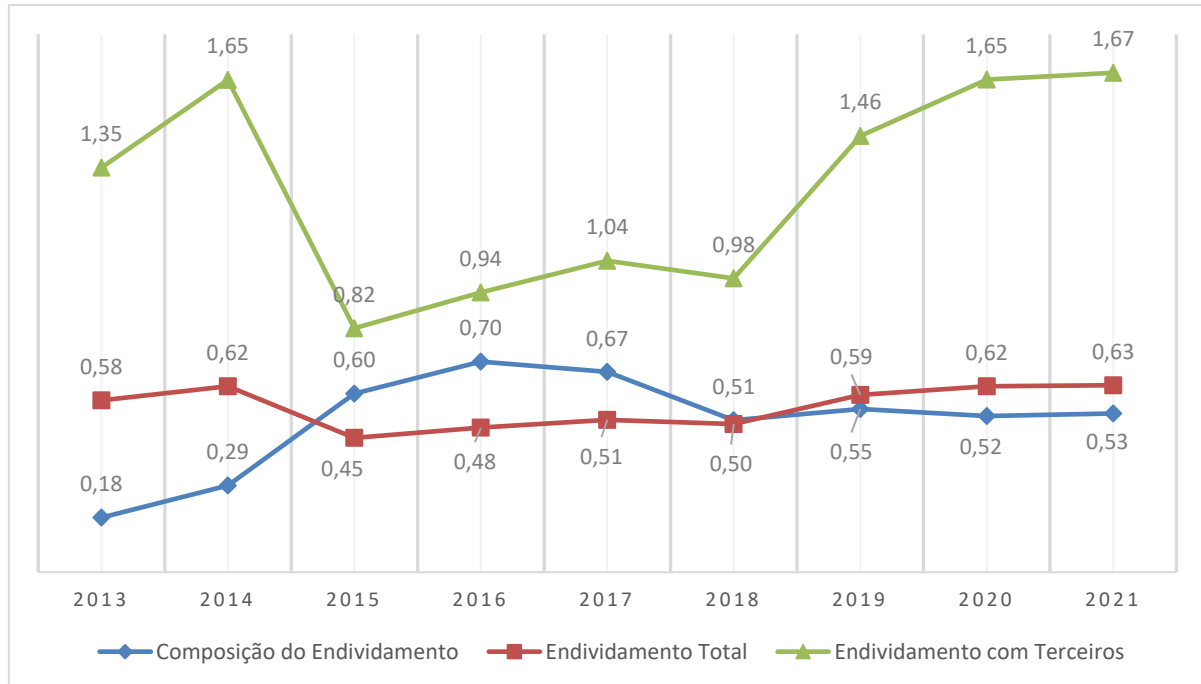
O índice de liquidez geral (LG) da universidade A, apresentou em 2013 (1,04) e 2021 (0,53) representando uma $\Delta\%$ negativa de -49,04% na sua capacidade de



liquidez geral, uma vez que para cada R\$ 1,00 de dívidas de curto e longo prazo, a universidade A apresentou em 2021 R\$ 0,53 de ativos de curto e longo prazo disponíveis.

Segue análise dos indicadores de endividamento total, composição do endividamento e endividamento com terceiros da universidade A por meio do gráfico 2.

Gráfico 2 - Indicadores de endividamento da universidade A



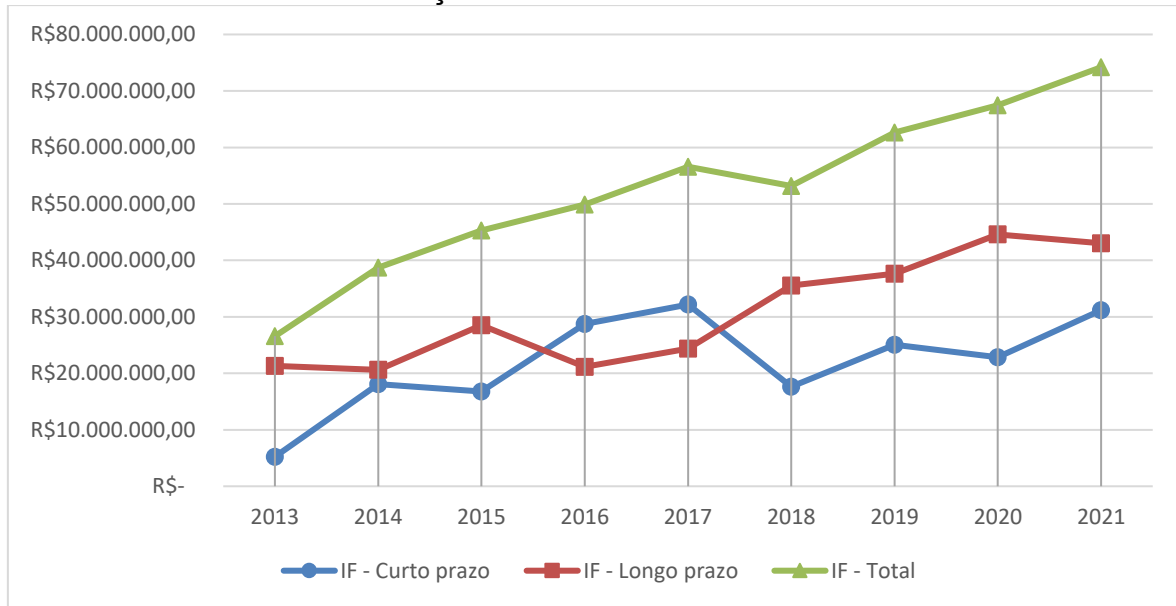
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Em análise ao gráfico 2, que retrata o quanto de dívidas a instituição possui, é possível observar que os três índices não demonstraram tendências iguais em todo o período estudado, onde para cada indicador obteve-se um comportamento diferente, exceto pelo período de 2015 a 2016 em que todos estabeleceram uma ascensão de seus índices.

Ao que se refere ao período de 2018 a 2021, os índices de composição de endividamento (CE) e o endividamento total (ETT) foram constantes, enquanto o índice de endividamento com terceiros (ET) manteve-se em gradativo aumento, apresentando em 2018 um índice de (0,98) e em 2021 (1,67), uma variação de 70,41% no índice de endividamento com terceiro, uma vez que representa o valor que a universidade possui de capital de terceiros para cada R\$ 1,00 de capital próprio.

Ainda nesse sentido, ao analisar o total da conta “Instituições financeiras” de forma detalhada, demonstrou o seguinte comportamento:

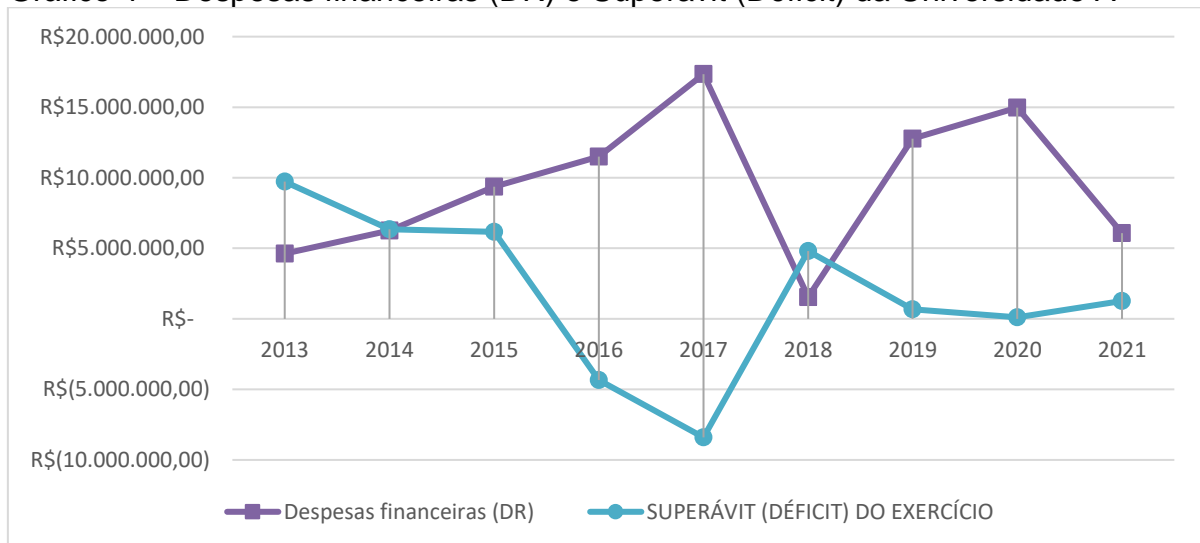
Gráfico 3 – Contas de “Instituições financeiras” da universidade A



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Ao analisar a conta de “Instituições financeiras” do passivo circulante, constatou-se um aumento significativo de 496,12% entre os anos de 2013 e 2021, já no passivo não circulante, houve um aumento de 101,62% no mesmo período. Importante destacar, que houve variações na contratação de empréstimos e financiamentos neste período, ou seja, aumentos e diminuições tanto no curto quanto no longo prazo. Entretanto, ao analisar a soma da conta “Instituições financeiras”, a mesma se mantém em constante elevação no decorrer de todo o período, como demonstra o gráfico 3, essa variação de 2013 (R\$ 26.567.399,00) à 2021 (R\$ 74.190.230,20) resultou em um $\Delta\%$ de 179,25%, com uma média de variação anual nessa conta de 14,46%, motivo pelo qual justifica os constantes níveis elevados dos índices de endividamento com terceiros neste mesmo período, da universidade A.

Gráfico 4 – Despesas financeiras (DR) e Superavit (Déficit) da Universidade A



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

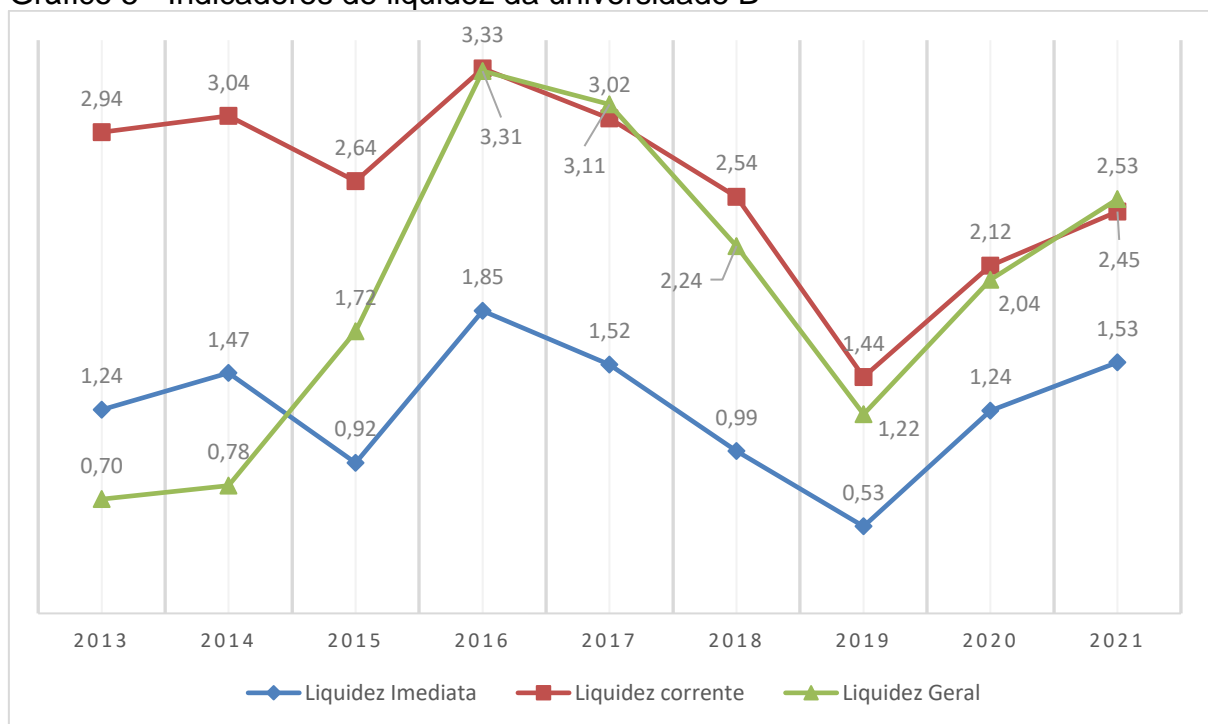


Como consequência, é possível observar que as despesas financeiras geradas por esses empréstimos afetam o Superavit (Déficit) do exercício da instituição, onde os comportamentos são inversamente proporcionais, ou seja, quando as despesas financeiras aumentam, o Superavit (Déficit) do exercício diminui e vice-versa, conforme demonstrado no gráfico 4.

4.2 BLOCO 2 – INDICADORES DE LIQUIDEZ E ENDIVIDAMENTO DA UNIVERSIDADE B

Segue análise dos indicadores de liquidez imediata, corrente e geral da universidade B por meio do gráfico 3.

Gráfico 5 - Indicadores de liquidez da universidade B



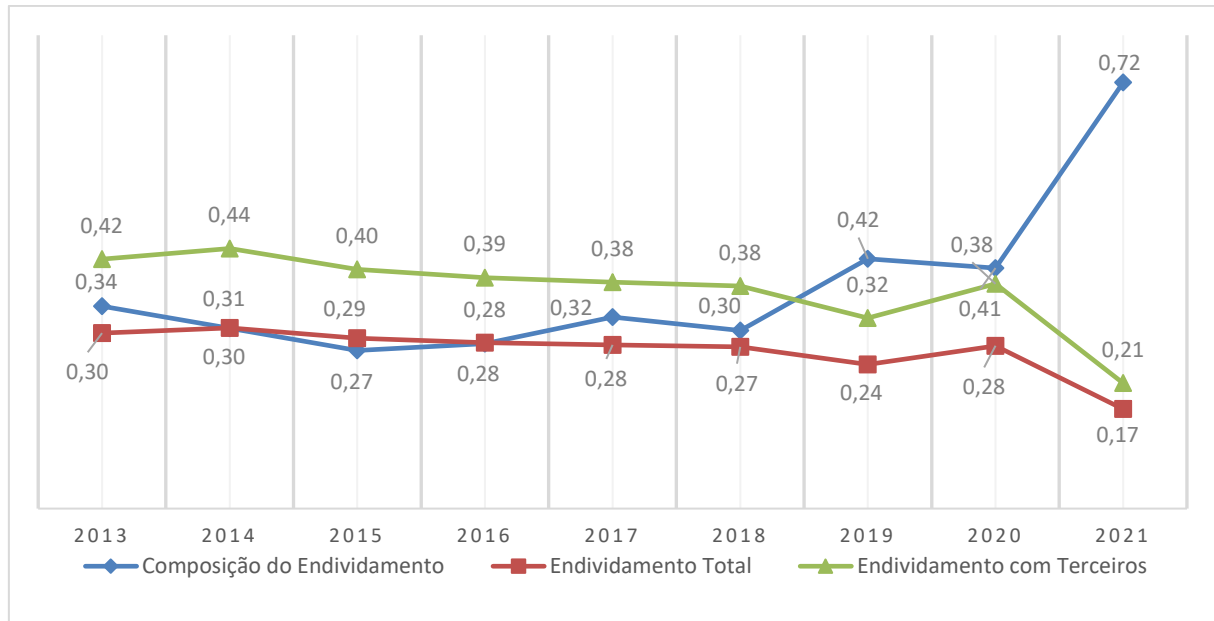
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Ao analisar a gráfico 5, percebe-se que os indicadores de liquidez da universidade B obtiveram tendências semelhantes durante o período estudado, sendo seus maiores índices no ano de 2016, seguido por uma queda até o ano de 2019, em que chegam seus índices mais baixos, no entanto, em 2020 e 2021 consegue retomar sua elevação. Também é possível perceber que seus índices de liquidez estiveram em poucos momentos menores que 1,00, o que se considera positivo, visto que quanto maior o índice, melhor.

Segue análise dos indicadores de endividamento total, composição do endividamento e endividamento com terceiros da universidade B por meio do gráfico 6.



Gráfico 6 - Indicadores de endividamento da universidade B



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Por meio do gráfico 6, observa-se que dos anos de 2013 a 2018, os três indicadores mantiveram-se estável, sem grandes alterações. Porém, a partir do ano de 2019, tiveram mudanças de comportamento em ambas.

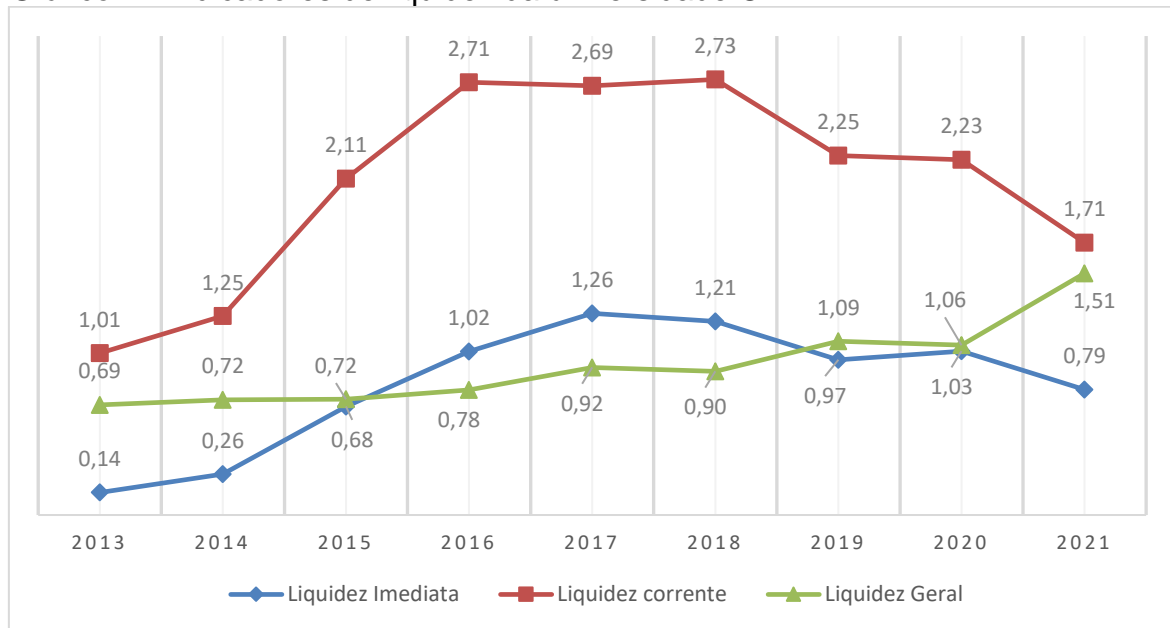
O endividamento total (ETT) e o endividamento com terceiros (ET) se comportaram de maneira parecida, com uma tendência a queda se comparado todo o período. Já a composição do endividamento (CE) teve um aumento significativo nos anos de 2020 e 2021 apresentando os índices de 0,38 e 0,72 respectivamente, uma elevação de 89,47% de um ano para o outro, isso demonstra que suas dívidas de curto prazo aumentaram em relação à dívida total, a medida que esse indicador representa o quanto a empresa possui de dívidas de curto prazo para cada R\$ 1,00 de dívida total. No entanto, ao analisar as contas de “Provisões de Contingência” do passivo não circulante, pode-se observar que do ano de 2020 para 2021 houve uma queda de -96,98% o que pode ter contribuído para o aumento desse índice.

4.3 BLOCO 3 – INDICADORES DE LIQUIDEZ E ENDIVIDAMENTO DA UNIVERSIDADE C

Segue análise dos indicadores de liquidez imediata, corrente e geral da universidade C por meio do gráfico 7.



Gráfico 7 - Indicadores de liquidez da universidade C



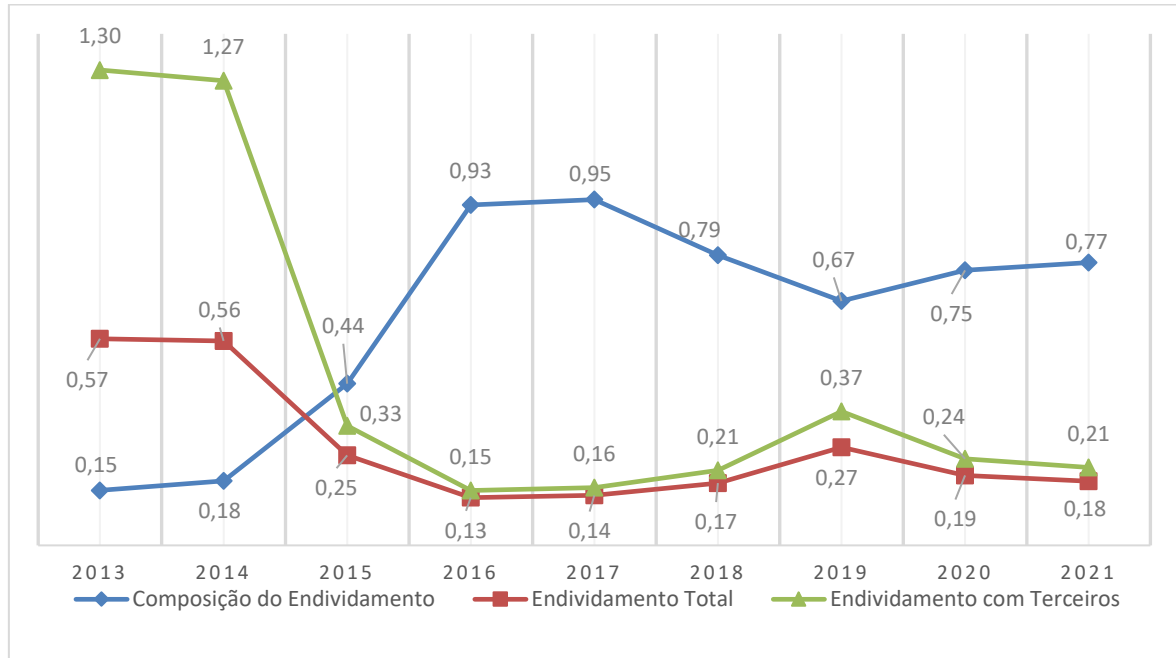
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

No gráfico 7, pode-se observar que, tanto a liquidez imediata (LI) quanto a Liquidez Corrente (LC), obtiveram o mesmo comportamento, apresentando elevações e quedas semelhantes em praticamente todo o período, passando por um aumento de seu índice entre os anos de 2013 a 2017 e uma queda entre os anos de 2018 a 2021, todavia, mesmo com a queda, ambos os índices obtiveram aumentos se comparado todo o período estudado, a LI passou de 0,14 em 2013 para 0,79 em 2021, e a LC de 1,01 em 2013 para 1,71 em 2021.

Já a Liquidez Geral (LG) obteve um aumento gradual em todo seu período, passando de 0,69 em 2013 para 1,51 em 2021, representando uma variação positiva de 118,84%.

Segue análise dos indicadores de endividamento total, composição do endividamento e endividamento com terceiros da universidade C por meio do gráfico 8.

Gráfico 8 - Indicadores de endividamento da universidade C



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Por meio do gráfico 8, pode-se analisar que os três indicadores não possuíram tendências parecidas. O indicador de composição de endividamento (CE), entre os anos de 2013 a 2017, obteve um salto de 546,67% na variação desse indicador, indo de 0,15 em 2013 para 0,95 em 2017. Após esse período, houve uma queda desse índice para 0,67 em 2019, correspondendo ao índice mais baixo no período estudado, se mantendo sem grandes variações até 2021.

O indicador de endividamento com terceiros (ET), houve uma queda significativa entre os anos de 2013 a 2015, passando de 1,30 para 0,33, obtendo uma variação de -74,62%, conseguindo se manter em índices abaixo de 1,00 até 2021.

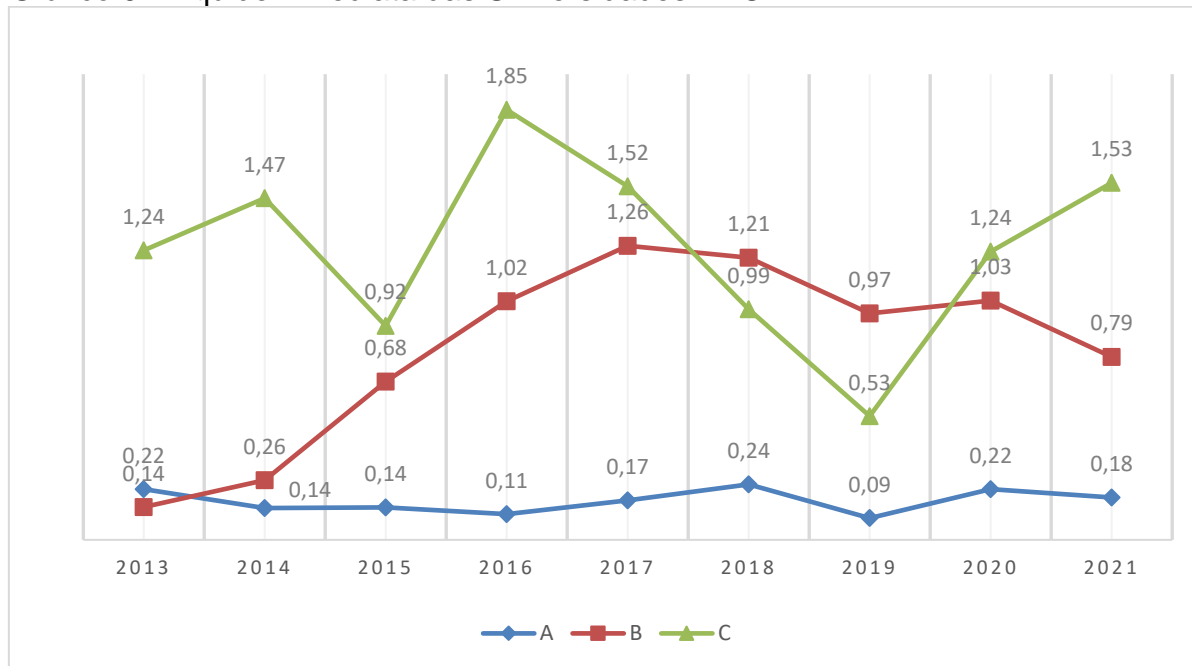
O indicador de endividamento total (ETT) demonstrou mutação semelhante com ET, tendo uma queda durante o período de 2013 a 2015, e se mantendo constante até 2021.

De modo geral, pode-se analisar que a universidade C se manteve com bons índices de endividamento. Considerando que quanto menor o índice, melhor, o cenário dos últimos anos esteve abaixo de 1,00, ou seja, a universidade consegue arcar com suas dívidas com terceiros sem comprometer todo o seu capital próprio.

4.4 BLOCO 4 – COMPARAÇÃO DOS INDICADORES DE LIQUIDEZ E ENDIVIDAMENTO DAS UNIVERSIDADES ABC

Segue apresentação dos resultados e análise de Liquidez imediata das três universidades pesquisadas (A, B e C) durante o período estudado (2013 a 2021).

Gráfico 9 - Liquidez imediata das Universidades ABC



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Por meio do gráfico 9, será demonstrado o desempenho dos índices de Liquidez Imediata (LI) das universidades A, B e C. Esse indicador representa quanto a instituição possui de disponibilidades para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo. Quanto maior o índice, melhor.

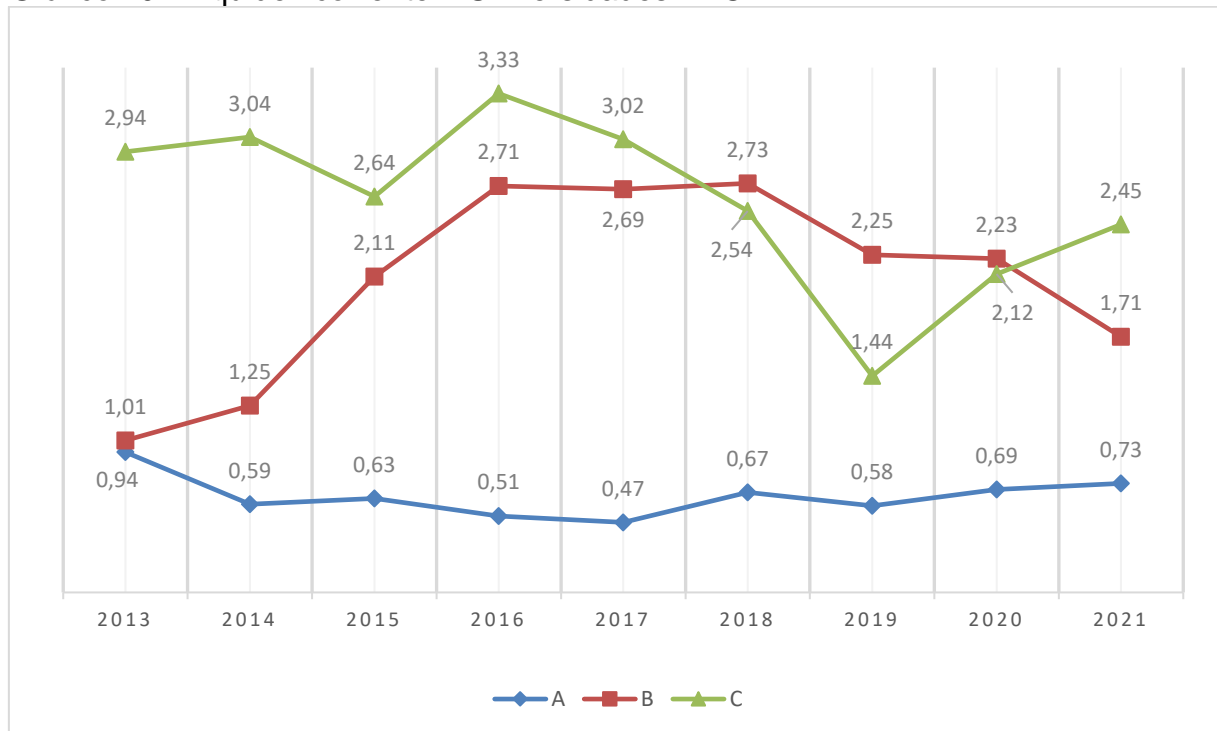
Diante do gráfico, podemos observar que a Universidade A se manteve constante durante todo o período, sem grandes variações. Entretanto, em todo o período ela apresentou índices abaixo de 1,00, o que não é considerado um bom cenário.

Já a Universidade B, apresentou um aumento dos anos de 2013 a 2017, indo de 0,14 a 1,26 respectivamente, esse comportamento reproduz uma $\Delta\%$ de 800% em sua liquidez imediata (LI). Entretanto, após esse período de elevação, houve uma queda de -34,71% entre os anos de 2018 a 2021, finalizando o período estudado com índices abaixo de 1,00.

No que se diz respeito, a Universidade C obteve grandes variações durante todo o período, apresentando elevações e quedas bruscas de um ano para o outro, no entanto, seus índices de liquidez imediata (LI) estiveram perto ou acima de 1,00 na maioria dos anos, exceto em 2019 que obteve um índice de 0,53, o mais baixo de todo o período estudado dessa Universidade.

Diante do exposto, se comparado as três universidades, é possível perceber que a Universidade A apresentou o pior desempenho, mantendo seus índices abaixo de 1,00, e por outro lado a Universidade C, por mais que tivera grandes variações, manteve-se com índices bons de liquidez imediata.

Gráfico 10 - Liquidez corrente – Universidades ABC



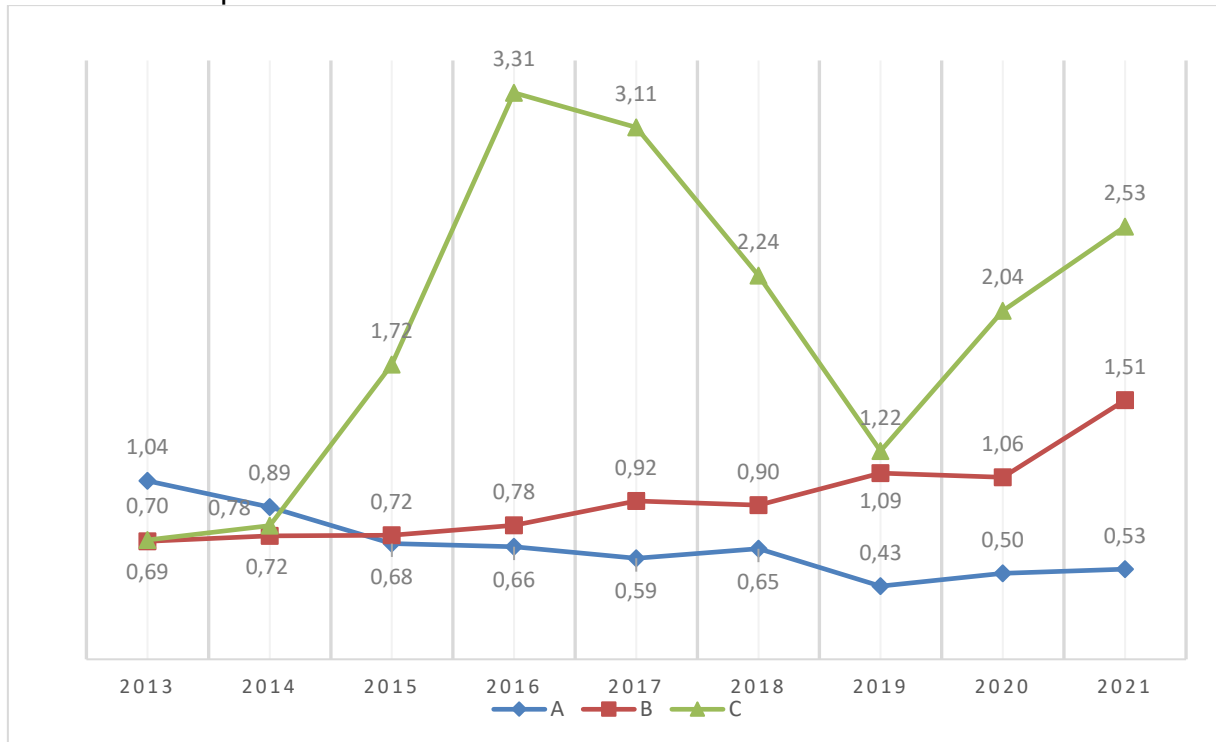
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

No gráfico 10, será demonstrado o comportamento dos índices de Liquidez Corrente (LC) das universidades A, B e C. Esse indicador reproduz o quanto a instituição possui de ativos de curto prazo para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo. Quanto maior o índice, melhor.

Se comparado o gráfico 7, que demonstra o índice de liquidez imediata, ambas as universidades apresentaram o mesmo comportamento. A Universidade A manteve-se constante e com índices liquidez corrente (LC) abaixo de 1,00. A Universidade B apresentou uma elevação de 1,01 em 2013 para 2,73 em 2018, com uma $\Delta\%$ de 170,30%, e após esse período uma queda, apresentando em 2021 um índice de 1,71, porém por mais que os índices apresentaram queda no último período, manteve-se com índices acima de 1,00.

Já a Universidade C, durante todo o período demonstrou variações em seus índices de LC, como no intervalo entre 2016 e 2019 que obteve uma queda de -56,76%, no entanto, a Universidade C apresentou os melhores índices de ambas as universidades, mantendo-se acima de 2,00 na maioria do período.

Gráfico 11 - Liquidez Geral – Universidades ABC



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Através do gráfico 11, é exibido o desempenho dos índices de Liquidez Geral (LG) das universidades A, B e C. Esse indicador reflete o quanto a empresa possui de ativos de curto e longo prazo para cada R\$ 1,00 de dívida com terceiros de curto e longo prazo. Quanto maior o índice, melhor.

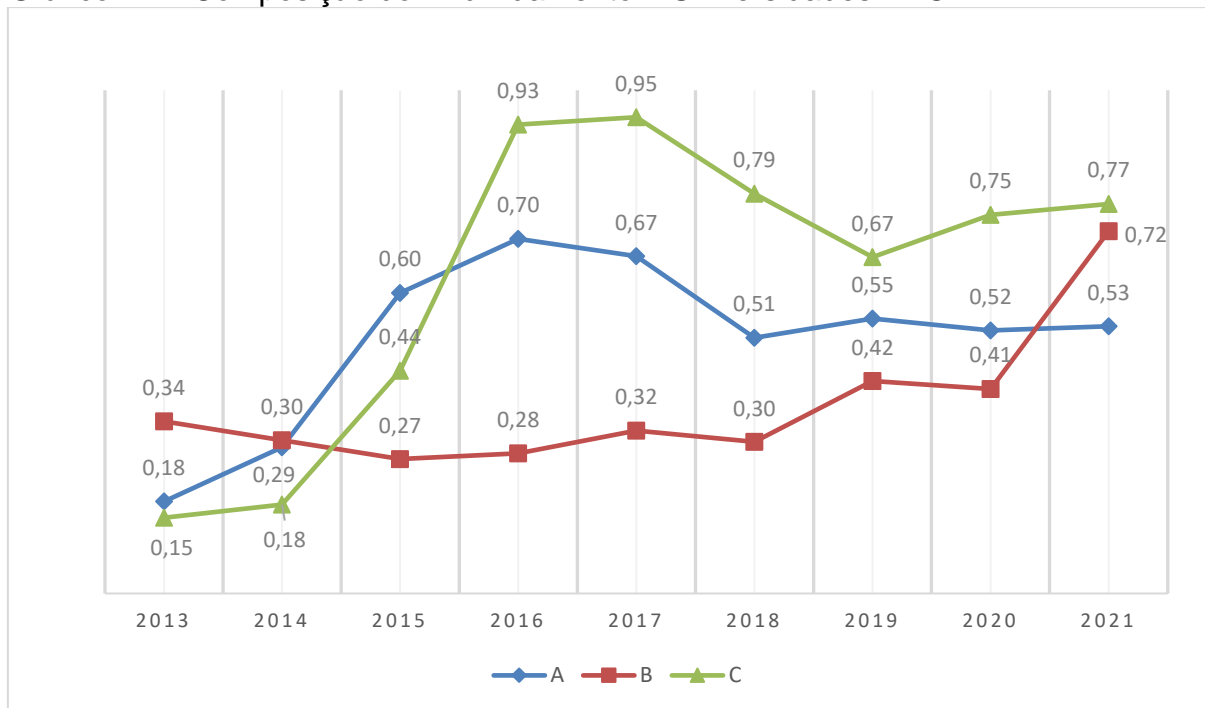
Diante do exposto, é possível observar que a Universidade A durante o período de 2013 a 2019 manteve-se em constante queda, passando de 1,04 (2013) para (0,43), nos anos de 2020 e 2021 houve um singelo aumento desse percentual, entretanto a Universidade A ainda apresenta índices baixos de Liquidez Geral (LG), ou seja, para cada R\$ 1,00 de dívidas de curto e longo prazo, tem-se R\$ 0,53 de ativos de curto e longo prazo disponíveis.

A Universidade B, mantêm-se em constante elevação no decorrer de todo o período, essa variação de 0,70 em 2013 e 1,51 em 2021 resultou em um $\Delta\%$ de 115,71%, finalizando o período estudado com índices acima de 1,00.

Já a Universidade C, demonstrou grandes oscilações durante o período estudado, apresentou em 2013 um índice de 0,69 e em 2016 um índice de 3,31, o maior do período, traduzindo em uma elevação de sua $\Delta\%$ de 379,71%. Após esse período, houve uma queda entre os anos de 2017 (3,11) e 2019 (1,22), entretanto nos anos de 2020 e 2021 conseguiu reestabelecer uma elevação em seus índices.

Em suma, é possível observar que tanto a Universidade B quanto a C, tem tendências de elevação de seus indicadores de liquidez geral (LG) ao contrário da universidade A, que ao passar dos anos, vem diminuindo seus índices.

Gráfico 12 – Composição do Endividamento – Universidades ABC



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

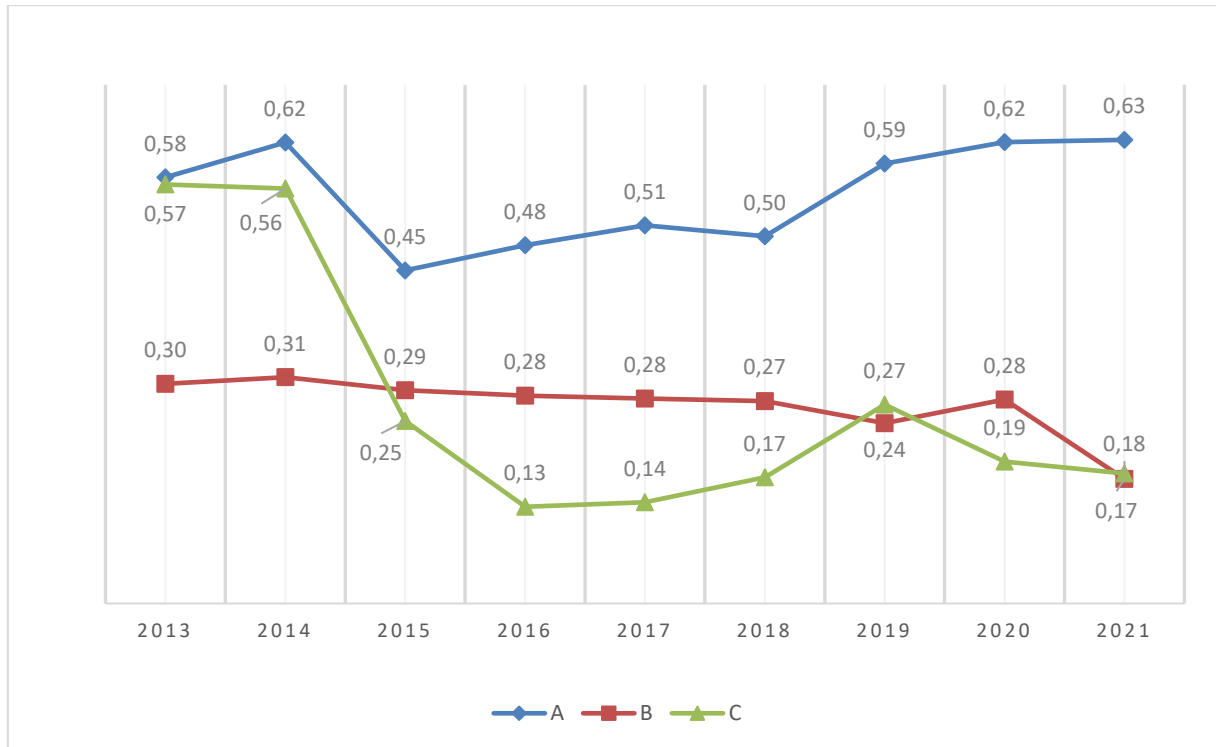
O gráfico 12 apresenta o desempenho dos índices da Composição do Endividamento (CE) das universidades A, B e C. Esse indicador evidencia o quanto a instituição possui de dívidas de curto prazo para cada R\$ 1,00 de dívida total. Quanto menor o índice, melhor.

Em relação ao comportamento das Universidades, pode-se observar que a universidade A e C apresentaram elevações e quedas semelhantes nos mesmos períodos. A universidade A demonstrou uma elevação em seu índice, indo de 0,15 em 2013 para 0,95 em 2017, uma variação de 288,89%, após esse período houve uma baixa nesse índice em 2018, onde se manteve estável até o ano de 2021. A universidade C apresentou uma elevação significativa em seu índice, indo de 0,18 em 2013 para 0,70 em 2016, com uma variação de 533,33%, em 2018 e 2019 seus índices caíram e se mantiveram estáveis até 2021.

Já a Universidade B, ao contrário das outras duas universidades estudadas, apresentou uma tendência de elevação de seu índice gradualmente durante os anos. Entre 2013 a 2018 se manteve constante, entretanto de 2019 a 2021 houve um grande salto, indo de 0,42 (2019) a 0,72 (2021), uma $\Delta\%$ de 71,34% em seu índice de composição de endividamento.

De maneira geral, é possível observar que todas as três universidades obtiveram índices abaixo de 1,00, porém todas tenderam para o aumento de suas dívidas a curto prazo em relação a dívidas totais ao passar dos anos, o que não caracteriza um bom cenário. Visto que, por exemplo, a Universidade C, possui R\$0,77 de dívidas a curto prazo para cada R\$1,00 de dívidas totais.

Gráfico 13 – Endividamento Total – Universidades ABC



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

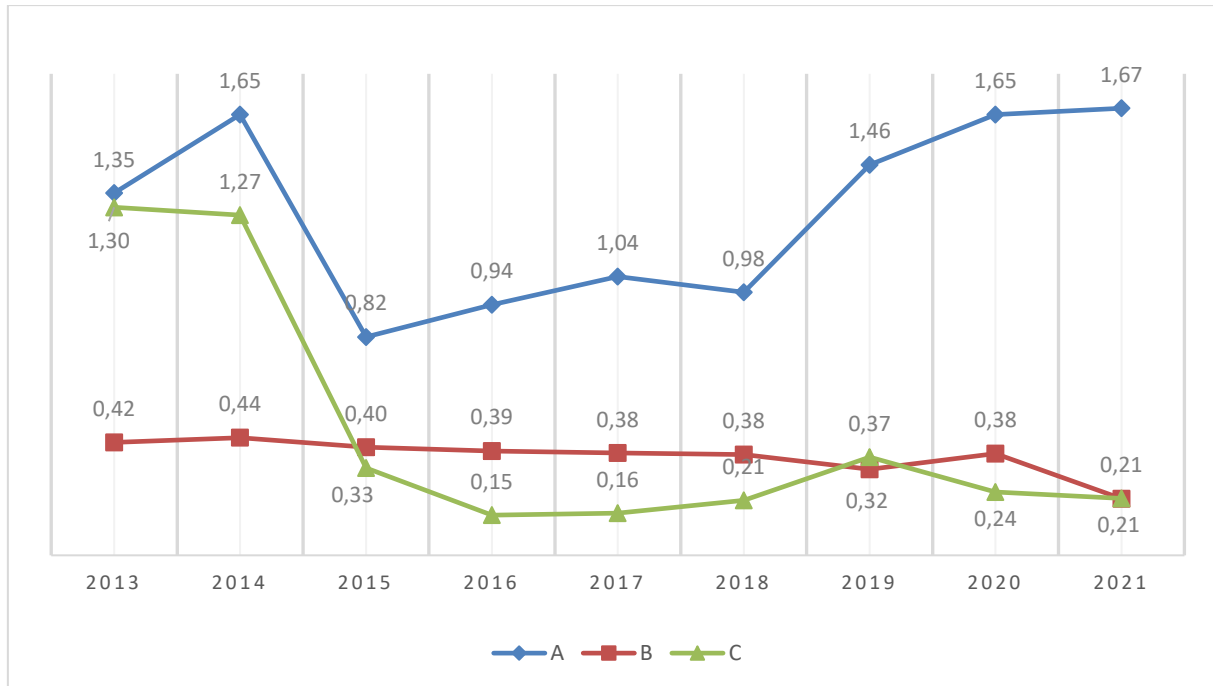
Por meio do gráfico 13, é demonstrado o comportamento do Endividamento Total (ETT) das universidades A, B e C. Esse indicador demonstra quanto a instituição possui de capital de terceiros para cada R\$ 1,00 de ativo total. Quanto menor o índice, melhor.

Diante do gráfico, é possível analisar que a Universidade A apresentou uma queda de 0,62 em 2014 para 0,45 em 2015 atingindo seu índice mais baixo do período, entretanto entre os anos de 2016 e 2021 foi restabelecendo uma elevação gradual e constante de seus índices, atingindo o valor de 0,63 em 2021. Já a Universidade B se manteve constante e sem grandes variações, com uma tendência suave a queda.

A Universidade C apresentou uma queda brusca entre os anos de 2014 e 2016, indo de 0,56 a 0,13 respectivamente, após essa queda, a universidade conseguiu se manter constante em índices baixos, com apenas um pico em 2019 (0,27).

À vista disso, em comparação com as três universidades, pode-se observar que tanto a B como a C estão com tendência a queda, o que é um bom cenário, visto que quanto menor o índice, melhor. Ao contrário da Universidade A que está em constante elevação durante o período.

Gráfico 14 – Endividamento com Terceiros – Universidades ABC



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

O gráfico 14 demonstra o comportamento do Endividamento com Terceiros (ET) das universidades A, B e C. Esse indicador indica quanto a instituição possui de capital de terceiros para cada R\$ 1,00 de capital próprio. Quanto menor o índice, melhor.

Em comparação com o gráfico de Endividamento Total (ETT), é possível perceber uma grande semelhança no comportamento das universidades em ambos os índices.

A Universidade A apresentou uma queda em seus índices no ano de 2015 (0,82), todavia, seus índices no decorrer do período estudado foram aumentando gradativamente, chegando ao índice de 1,67 em 2021. Analisando esses dados, pode-se perceber que índices altos de endividamento com terceiros (ET) não é um bom cenário, visto que, por exemplo, para cada R\$ 1,00 de capital próprio, a universidade A tem R\$ 1,67 de capitais de terceiros.

Já as Universidades B e C demonstraram melhores desempenhos. A universidade B se manteve constante em todo o período com índices baixos de ET e com tendência a queda, finalizando o período de estudo com 0,21 em 2021. A Universidade C, assim como a Universidade A, também obteve uma queda no período de 2014 (1,27) a 2015 (0,33), contudo, conseguiu manter seus índices estáveis, e finalizando o período estudado também com 0,21 (2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período estudado, foi possível observar que as três universidades obtiveram comportamentos diferentes em seus índices de liquidez e endividamento.

No que diz respeito a Universidade A, em relação aos índices de liquidez, que demonstra a capacidade de pagamento da universidade de curto a longo prazo, foi possível observar que apresentou um cenário não favorável, onde seus índices na



maioria do período estudado esteve abaixo de 1,00, tendo em vista que quanto maior o índice melhor. Já em relação aos seus índices de endividamento, que retrata o quanto de dívidas a instituição possui, manteve-se com índices altos e em gradativo aumento, uma vez que quanto menor o índice melhor, assim o endividamento da Universidade A também não apresentou um cenário favorável.

Foi possível observar também, ao analisar as contas de Instituições financeiras do passivo total, que a mesma apresentou uma constante elevação no decorrer de todo o período, ou seja, um aumento de seus empréstimos e financiamentos, motivo pelo qual justifica os constantes níveis elevados dos índices de endividamento com terceiros neste mesmo período. Consequentemente a esses empréstimos e financiamentos, é possível observar que as despesas financeiras geradas afetaram o Superavit (Déficit) do exercício da instituição, onde com o aumento das despesas financeiras, tem-se a diminuição do Superavit (Déficit) do exercício.

Em suma, ao analisar os índices de liquidez e endividamento da Universidade A, foi possível constatar sua incapacidade de se manter somente com seus recursos financeiros gerados pelas mensalidades acadêmicas, assim tendo a necessidade de recorrer a recursos como empréstimos e financiamentos.

A respeito da Universidade B, seus índices de liquidez obtiveram tendências semelhantes durante o período estudado, com suas elevações e quedas nos mesmos períodos, sendo seus maiores índices no ano de 2016. Também foi possível perceber que seus índices de liquidez estiveram em poucos momentos menores que 1,00, o que se considera positivo, visto que quanto maior o índice, melhor.

Em relação aos índices de endividamento da Universidade B, foi possível observar que durante grande parte do período eles se mantiveram constante, com índices abaixo de 1,00. Em 2019, porém, houve alterações no seu comportamento, onde seus índices de endividamento total e o endividamento com terceiros tiveram uma queda e a composição do endividamento obteve um aumento significativo, isso demonstra que suas dívidas de curto prazo aumentaram em relação à dívida total, à medida que esse indicador representa o quanto a empresa possui de dívidas de curto prazo para cada R\$ 1,00 de dívida total. No entanto, essa variação pode ter sido acarretada pelas contas de “Provisões de Contingência” do passivo não circulante, que obteve uma queda de cerca de -96,98% o que pode ter contribuído para o aumento desse índice.

De modo geral, a Universidade B se comportou de forma satisfatória durante o período estudo, considerando que seus índices de liquidez estiveram altos e seus índices de endividamento baixos.

A Universidade C, ao que se diz respeito aos seus índices de liquidez, manteve-se em um cenário favorável, com índices acima de 1,00 na maioria do período estudado. Seus índices de liquidez imediata e liquidez corrente obtiveram o mesmo comportamento, apresentando elevações e quedas semelhantes em praticamente todo o período, já a liquidez geral obteve um aumento gradual em todo seu período.

Em relação aos índices de endividamento da Universidade C, foi possível perceber que se manteve com bons índices no período estudado. Considerando que quanto menor o índice, melhor, o cenário dos últimos anos esteve abaixo de 1,00, ou seja, a universidade consegue arcar com suas dívidas com terceiros sem comprometer todo o seu capital próprio.



Em síntese, a Universidade C também obteve um resultado favorável dentro período estudado, com índices bons de liquidez e endividamento, assim como a universidade B, traduziu uma saúde financeira estável.

Com esse parâmetro geral de cada universidade, e levando em consideração que as três apresentam o mesmo porte para comparação, pode-se observar que a Universidade A teve o pior desempenho dentro as três, onde se encontra em um cenário desfavorável. Já a universidade B e C se apresentam em um cenário positivo, onde apresentam bons índices de liquidez e endividamento.

Durante o período estudado, algumas externalidades importantes devem ser destacadas. Em março de 2020 iniciou a pandemia covid-19 que se perdurou até maio de 2023. Tendo em vista os resultados obtidos em 2020 e 2021, não é possível analisar se a pandemia de fato impactou ou não financeiramente as universidades, considerando que não houve grandes variações nesses períodos, e que grande parte dos maus resultados já estavam se perdurando de anos anteriores.

Como sugestão de novas pesquisas, aprofundar e analisar melhor o período durante a pandemia (2020 a 2023) e considerar uma área mais abrangente de custos e uma vertente econômico-social focado na evasão escolar do período.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços um enfoque econômico-financeiro**. 11. São Paulo: Atlas, 2015.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estruturas e análise de balanços** um enfoque econômico-financeiro. 12. São Paulo Atlas 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004

BARTNIK, F. M. P.; SILVA, I. M da. Avaliação da ação extensionista em universidades católicas e comunitárias. **Avaliação** (Campinas), Sorocaba, v. 14, n. 2, p. 453-469, jul. 2009.

BENFATTO, A. C.; GIANEZINI, M. Publicações recentes sobre universidade e desenvolvimento no Brasil: revisão do triênio 2015-2018 a partir de uma base de dados. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v. 6, n. 4, p. 01, 2019.

BENFATTO, Anderson Correa. Ambiente institucional e desempenho financeiro: um estudo em organizações universitárias comunitárias de Santa Catarina.

BERTOLIN, J. C. G. A Mercantilização da Educação Superior: uma trajetória do bem público ao serviço comercial. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 3, p. 191-211, 2009.

BOLAN, V. Coordenador de curso: um gestor de negócios. In.: STALLIVIERI, L. (Org.); MARCELINO, L. R. **Gestão e liderança universitária**. Caxias do Sul, RS: UCS, 2008. 474 p.

BORGES, R. M.; CAMELO, G. R.; LEITE, A. L. da S.; FIATES, G. G. S.; LEZANA, Á. G. R. As mudanças legais no ambiente institucional do setor de educação e as estratégias de crescimento de uma instituição de ensino superior. **Revista Gestão**



Universitária na América Latina - Gual, v. 6, n. 1, p.83-105, 30 jan. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto Lei n.12.881**, de 12 de novembro de 2013. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001**. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições. Poder Executivo. Brasília: 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3860.htm. Acesso em: 26 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 fev. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 7.639, de 13 de julho de 2010**. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES.

CERICATO, D. **Fontes de financiamento nas universidades de caráter confessional do estado do Rio Grande do Sul**. 2006. 89 f. Dissertação (Mestrado) - Pós-graduação em Administração, Centro Sócio-econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CITTADIN, A. **Proposta de estruturação de uma unidade organizacional de controladoria em uma Instituição de Ensino Superior**. 2011. 153 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

COLOMBO, S. S. **Gestão universitária: os caminhos para a excelência**. Penso, 2014.

FAGUNDES, J. **Universidade e compromisso social extensão limites e perspectivas**. São Paulo: UNICAMP, 1986. 184 p.

FÁVERO, A. A.; BECHI, D. O financiamento da educação superior no limiar do século XXI: o caminho da mercantilização da educação. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 3, n. 1, p. 90-113, 2017.

FEEVALE, 2013. 276 p. ISBN 978-57717-583

FRANCO, M. E. D. P.; LONGHI, S. Expansão na Educação Superior e Universidades Comunitárias: políticas públicas brasileiras e desafios para a gestão. In: IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, nº 9, Florianópolis. **Anais dos Colóquios Internacionais sobre Gestão Universitária**.



Florianópolis. INPEAU, 2009.

FRANCO, S. R. K. A universidade nos contextos emergentes: os modelos e papéis. In: FRANCO, M. E. D. P.; ZITKOSKI, J. J.; FRANCO, S. R. K. (Org.). **Educação superior e contextos emergentes**. v. 6. Porto Alegre: PUCRS, 2016.

FRANTZ, W. O processo de construção de um novo modelo de universidade: a universidade comunitária. In: RISTOFF, D.; SEVEGNANI, P. (Orgs.). **Modelos institucionais de educação superior**. Brasília: INEP, 2006.

FREZATTI, Fábio. **Controle gerencial**: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico. São Paulo: Atlas, 2009. 281 p. ISBN 9788522455188 (broch.).

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. São Paulo Atlas 2019 1 recurso online ISBN 9788597020991.

GIOLO, J. A educação superior brasileira: a recente expansão privada. In: XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária, 10. 2009, Florianópolis. **Anais dos Colóquios Internacionais sobre Gestão Universitária**. Florianópolis: INPEAU, 2014.

GRANEMANN, C. M.; MAZZUCO, M. A. S.; KROENKE, A.; HEIN, N. Desempenho em instituições de ensino superior: uma avaliação dos sistemas ACAFE (SC) e COMUNG (RS). In: XVII Colóquio internacional de gestão universitária, 17., 2017, Mar del Plata. **Anais dos Colóquios Internacionais sobre Gestão Universitária**. Florianópolis: INPEAU, 2017.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2020**. Brasília: INEP, 2021

KLANN, R. C.; CUNHA, P. R. da; RENGEL, S.; SCARPIN, J. E. Avaliação de desempenho das instituições de ensino superior pertencentes à Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE). **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 15, n. 3, 2012.

LÜCKMANN, L. C.; CIMADON, A. A dimensão pública das instituições de educação superior comunitárias. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 7, n. 12, jan./jun. 2015a.

LÜCKMANN, L. C.; CIMADON, A.; BERNART, E. E. O modelo comunitário de educação superior: instituições públicas não estatais? **Impulso**, v. 25, n. 63, p. 19-34, 2015b.

MACHADO, A. M. N. Universidades Comunitárias: Um modelo brasileiro para interiorizar a educação superior. In: SCHIMIT, João Pedro (Org.). **Instituições comunitárias: instituições públicas não estatais**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2009. p. 74-92



MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços**: abordagem gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 372 p.

MEYER JR, V. A prática da administração universitária: contribuições para a teoria. **Revista universidade em Debate**, v. 2, n. 1, p. 12-26, 2014.

MOROSINI, M.; FRANCO, M. E. D. P. Universidades Comunitárias e sustentabilidade: desafio em tempos de globalização. **Educar em Revista**, n. 28, p. 55-70, 2006.

OLIVEIRA, T. Origem e memória das universidades medievais a preservação de uma instituição educacional. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 113-129, Jun. 2007.

OLIVEIRA, T. R. de. A Gestão Universitária no Contexto Contemporâneo: aportes para uma agenda de debates. In: VI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 7., 2006, Blumenau. **Anais dos Colóquios Internacionais sobre Gestão Universitária**. Florianópolis: INPEAU, 2006.

PAIM, J. de Q. **Contribuições das universidades comunitárias de Santa Catarina para o desenvolvimento regional na sociedade do conhecimento**. 2017. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2017.

PEREIRA, L. de C.; SORATO, K. A. D. L.; FRANCISCO, T. H. A. Os elementos que influenciam as ações estratégicas em uma pró-reitoria de uma universidade comunitária sob a ótica da teoria geral dos sistemas. In: XV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária, 16., 2015, Mar del Plata. **Anais dos Colóquios Internacionais sobre Gestão Universitária**. Florianópolis: INPEAU, 2016.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo, RS:

RISTOFF, D. Autonomia, governabilidade e avaliação. In: MOROSINI, Marília (Org.). **Fórum latino-americano de educação superior**. São Carlos: Pixel, 2015. p. 283-304.

RISTOFF, D.; ARAÚJO, L. A universidade que o novo Brasil precisa. In.: APPEL, Emmanuel. **Seminário universidade**: por que e como reformar? Brasília: Unesco, 2003.

RITTA, C. de O.; SORATO, K. A. D. L.; HEIN, N. Análise envoltória de dados para avaliação da eficiência financeira dos cursos de graduação de uma IES comunitária. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, p. 91-114, jun. 2017.

RIZZATTI, G.; DOBES, C. E. I. A complexidade do processo decisório em universidades. In: III Colóquio internacional sobre gestão universitária na América do Sul, 3., 2003, Buenos Aires. **Anais dos Colóquios Internacionais sobre Gestão**



Universitária. Florianópolis: INPEAU, 2003.

ROSA, A. B. da; BASTOS, K. V.; LIMA, M. A. de; LIMA, C. R. M. de. O patrimônio social e seus impactos nos indicadores de qualidade das universidades comunitárias catarinenses: uma investigação quantitativa sobre suas relações. In: XIX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária, 19., 2019, Florianópolis. **Anais dos Colóquios Internacionais sobre Gestão Universitária**. Florianópolis: INPEAU, 2019.

SANTOS, B. de S. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. **Educação, Sociedade e Culturas**, n. 23, p. 137-202, 2005.

SCHMIDT, J. P.; CAMPIS, L. A. C. As instituições comunitárias e o novo marco jurídico do público não-estatal. In: SCHMIDT, João Pedro (org.). **Instituições comunitárias: instituições públicas não-estatais**. Santa Cruz, RS: UNISC, 2009.

SILVA, J. C. da; MACHADO, M. M.; DOMINGUES, M. J. C. de S. O poder de influência dos *stakeholders* de instituições de ensino superior: análise comparativa entre instituições de ensino no Brasil e no Chile. In: XIII Colóquio internacional sobre gestão universitária nas américas, 14., 2013, Mar del Plata. **Anais dos Colóquios Internacionais sobre Gestão Universitária**. Florianópolis: INPEAU, 2013.

SOUZA, T. B.; CARRARO, W. B. W. H.; PINHEIRO, A. B. Impactos da pandemia de Covid-19 na relação entre estrutura de capital e desempenho: análise das empresas listadas na b3. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 21, n. 2, p. 1-24, 2022.

STALLIVIERI, L **O sistema de ensino superior do Brasil: características, tendências e perspectiva**. Assessoria de Relações Interinstitucionais e Internacionais: UCS, 2009.

VANNUCCHI, A. **A universidade comunitária: o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 101 p.

VOGT, O. Capital social e instituições comunitárias no Sul do Brasil. In: SCHMIDT, J. P. (Org.). **Instituições comunitárias: instituições públicas não-estatais**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2009. p. 56-73.

ZANIVAN, F. P.; WINCK, C. A. Pesquisa de demanda para a educação superior na região de Curitiba-SC. In: X Seminário de Desenvolvimento da Pesquisa Docente e Discente, 2006, Curitiba. **Anais do X SEDEPE**. Caçador: Editora da UnC, 2006.

ZILIO, A. da C. S. **Financiamento em instituições de ensino superior públicas municipais e comunitárias de Santa Catarina**. 2004. 113 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.